

**Empresa Concessionária de Rodovias
do Norte – Econorte**

**Demonstrações Financeiras Intermediárias elaboradas
de acordo com as normas internacionais de relatórios
financeiros (IFRS)**

**Período de três meses findo em 31 de março de 2014
Notas Explicativas Sobre as Demonstrações Financeiras
em 31 de março de 2014**

Índice

	Página
Relatório sobre a revisão de informações trimestrais	3
Demonstrações contábeis	5
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013	12

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Grant Thornton Auditores Independentes
Rua Visconde do Rio Branco, 1322 –
2º andar – Cj. 201 – Centro
Empresarial Tancredo Neves
Curitiba | PR | Brasil

T +55 41 4063.9791
www.grantthornton.com.br

Aos:

Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. – Econorte
Londrina – PR

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 “Demonstração intermediária” e com a Norma Internacional IAS 34 “Interim financial reporting”, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 “Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade” e ISRE 2410 “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão.

O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado – DVA referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Estas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores comparativos do ano anterior

As Informações Trimestrais (ITR) mencionadas no primeiro parágrafo incluem as informações financeiras correspondentes ao resultado, resultado abrangente, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do trimestre findo em 31 de março de 2013, obtidas das Informações Trimestrais (ITR) daquele trimestre, e as do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013, obtidas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais (ITR) do trimestre findo em 31 de março de 2013 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram conduzidas sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 12 de abril de 2013 e 10 de janeiro de 2014, sem qualquer modificação.

Curitiba, 30 de abril de 2014.



Nelson Fernandes Barreto Filho
Contador CRC SP-151.079/O-0 “S” – PR

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP-025.583/O-1 “S” – PR

**EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. -
ECONORTE**

Balancos patrimoniais
31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de reais)

	Nota	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		3.818	4.489
Contas a receber de clientes	5	9.277	10.505
Partes relacionadas	16	12.360	11.909
Outros créditos		80	95
Despesas antecipadas	6	1.294	729
Total do ativo circulante		26.829	27.727
Não circulante			
Aplicações financeiras	4	74	74
Depósitos judiciais	12	930	906
Impostos diferidos	15	11.773	11.980
Partes relacionadas	16	3.136	6.525
Investimento		64	61
Intangível	7	318.700	299.759
Total do ativo não circulante		334.677	319.305
Total do Ativo		361.506	347.032

	Nota	31/03/2014	31/12/2013
Passivo e Patrimônio Líquido			
Circulante			
Fornecedores	8	3.205	3.969
Empréstimos	9	74.750	58.300
Debêntures	10	18.447	15.565
Provisão para manutenção dos ativos da concessão	2.8	14.183	12.133
Obrigações sociais		1.293	1.675
Obrigações tributárias	11	2.348	2.648
Dividendos e juros sobre capital próprio	16.1	561	-
Partes relacionadas	16.2	5.486	6.262
Outras exigibilidades		1.040	793
Total do passivo circulante		121.313	101.345
Não circulante			
Debêntures	10	76.119	76.038
Provisão para manutenção dos ativos da concessão	2.8	18.571	21.230
Impostos diferidos	15	51.531	51.249
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	12	1.823	1.823
Total do exigível a longo prazo		148.044	150.340
Patrimônio líquido			
Capital social	13	39.600	39.600
Ajustes de avaliação patrimonial		38.659	40.901
Reservas de lucros		6.173	6.173
Reservas de lucros não distribuídos		-	8.673
Lucros acumulados do período		7.717	-
Total do patrimônio líquido		92.149	95.347
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		361.506	347.032

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Demonstrações do resultado

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

		<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Receita operacional líquida	18	67.270	46.122
Custo operacional			
Conservação de rodovias		(8.793)	(7.790)
Provisão para manutenção	2.8	1.398	-
Custo de construção – ativos da concessão	7	(26.817)	(7.992)
Operação de rodovias		(5.140)	(4.741)
Seguros e outros		(1.230)	(1.140)
Amortização	7	(7.868)	(5.832)
	20	(48.450)	(27.495)
Lucro bruto		18.820	18.627
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal		(2.017)	(2.442)
Despesas administrativas		(2.314)	(1.265)
	20	(4.331)	(3.707)
Resultado antes do resultado financeiro		14.489	14.920
Resultado financeiro	19		
Receitas financeiras		577	739
Despesas financeiras		(5.968)	(2.692)
		(5.391)	(1.953)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		9.098	12.967
Imposto de renda e contribuição social	15	(2.474)	(4.157)
Imposto diferido	15	(489)	(156)
Lucro líquido do período		6.135	8.654
Lucro líquido básico e diluído por ação - em reais		0,4511	0,6363

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. -
ECONORTE**

Demonstrações do resultado abrangente
Períodos de três meses findos em 31 de março de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Lucro líquido do período	6.135	8.654
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do período	<u>6.135</u>	<u>8.654</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. – ECONORTE

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2014 e exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucro		Lucros retidos	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
			Legal	Estatutária				
Saldos em 31 de dezembro de 2012	27.600	49.871	3.835	549	15.817	7.000	-	104.672
Realização da reserva de reavaliação	-	(13.591)	-	-	-	-	13.591	-
Realização dos impostos sobre a reavaliação	-	4.621	-	-	-	-	(4.621)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	32.531	32.531
Destinação proposta da Reserva de Lucros								
Aumento de capital (Nota 13.a)	12.000	-	-	-	-	-	(12.000)	-
Constituição de reserva legal	-	-	1.626	-	-	-	(1.626)	-
Constituição de reserva estatutária	-	-	-	163	-	-	(163)	-
Constituição de reserva	-	-	-	-	8.673	-	(8.673)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(2.740)	(2.740)
Pagamento de dividendos	-	-	-	-	(15.817)	(7.000)	(16.299)	(39.116)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	39.600	40.901	5.461	712	8.673	-	-	95.347
Realização da reserva de reavaliação	-	(3.397)	-	-	-	-	3.397	-
Realização dos impostos sobre a reavaliação	-	1.155	-	-	-	-	(1.155)	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	6.135	6.135
Destinação proposta da Reserva de Lucros								
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(660)	(660)
Pagamento de dividendos	-	-	-	-	(8.673)	-	-	(8.673)
Saldos em 31 de março de 2014	39.600	38.659	5.461	712	-	-	7.717	92.149

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. -
ECONORTE**

Demonstrações dos fluxos de caixa
Períodos de três meses findos em 31 de março de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais	18.979	15.524
Das operações	19.279	21.334
Resultado do período antes dos tributos	9.098	12.967
Amortização	7.868	5.832
Resultado na baixa do intangível	(68)	(12)
Despesas com debêntures	108	108
Provisão para manutenção dos ativos de concessão	(1.398)	-
Despesas financeiras manutenção ativos de concessão	789	-
Despesas monetárias das debêntures	2.882	2.439
Redução (aumento) em:	3.615	1.643
Contas a receber de clientes	1.243	(373)
Partes relacionadas	2.937	2.614
Outros ativos de curto prazo	(565)	(598)
Aumento (redução) em:	(3.915)	(7.453)
Fornecedores	(445)	(436)
Partes relacionadas	(776)	(1.871)
Obrigações tributárias	(206)	(160)
Imposto de renda e contribuição pagos	(2.569)	(4.662)
Outros passivos de curto prazo	81	(324)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(26.767)	(7.986)
Adições ao ativo intangível	(26.817)	(7.992)
Aplicação financeira	-	(20)
Outras atividades de investimento	50	26
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	7.117	(8.235)
Captação de empréstimos	16.450	3.360
Pagamento de empréstimos e debêntures	-	(4.110)
Dividendos / JCP pagos	(9.333)	(7.485)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(671)	(697)
Saldo anterior de caixa e equivalentes de caixa	4.489	3.277
Saldo atual de caixa e equivalentes de caixa	3.818	2.580
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(671)	(697)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Demonstrações do valor adicionado
Períodos de três meses findos em 31 de março de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Receitas	70.941	49.584
Venda de serviços	43.709	41.207
Receitas de construção	26.817	7.992
Outras receitas	415	385
Insumos adquiridos de terceiros	(42.731)	(22.776)
Custo dos serviços prestados	(40.581)	(21.663)
Materiais, energia, serviços e outros	(2.150)	(1.113)
Valor adicionado bruto	28.210	26.808
Retenções	(7.868)	(5.832)
Depreciação, amortização e exaustão	(7.868)	(5.832)
Valor adicionado líquido	20.342	20.976
Valor recebido em transferência	577	739
Receitas financeiras	577	739
Valor adicionado total a distribuir	20.919	21.715
Distribuição do valor adicionado:	(20.919)	(21.715)
A - Pessoal e encargos	(2.017)	(2.442)
Remuneração direta	(1.442)	(1.814)
Benefícios	(170)	(153)
F.G.T.S.	(54)	(94)
Outros	(351)	(381)
B - Impostos, taxas e contribuições	(6.635)	(7.775)
Federais	(4.597)	(5.853)
Municipais	(2.038)	(1.922)
C - Juros e aluguéis	(6.132)	(2.844)
Juros	(5.507)	(2.631)
Aluguéis	(164)	(152)
Outros	(461)	(61)
D - Remuneração do capital próprio	(6.135)	(8.654)
Lucros retidos	(6.135)	(8.654)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2014 e 31 de dezembro 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. (“Econorte” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima constituída em 8 de outubro de 1997, localizada a rua Seimu Oguido, 242, Londrina-PR, cuja atividade principal é a exploração, sob o regime de concessão, do lote nº 1 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 340,77 km. A Companhia obteve a concessão pelo prazo de 24 anos, mediante licitação pública. O objeto da concessão consiste na recuperação, melhoramento, manutenção, operação e exploração das rodovias, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio (reajustáveis anualmente segundo cláusulas específicas) e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER/PR), as quais podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e de lazer, inclusive as decorrentes de publicidade e multas por excesso de peso.

A autorização para conclusão da preparação destas informações trimestrais ocorreu na reunião de diretoria realizada em 10 de abril de 2014.

2. Políticas contábeis

As informações trimestrais foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações trimestrais foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais. Itens significativos sujeitos às estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo intangível; provisão para manutenção dos ativos de concessão; o imposto de renda e contribuição social diferidos; a provisão para contingências; a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; e as estimativas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações trimestrais devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As informações trimestrais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e que são aplicáveis para as informações trimestrais de 31 de março de 2014.

As informações trimestrais são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2014 e 31 de dezembro 2013 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis -- continuação

2.1 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Receita de pedágio

As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 – Contratos de Concessão (equivalente à interpretação IFRIC 12, emitida pelo IASB), as receitas relativas ao serviço de construção prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

Receitas acessórias

Correspondem às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros e são reconhecidos na conta de receitas acessórias na Demonstração de Resultado da Companhia.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2014 e 31 de dezembro 2013 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis -- continuação

2.2 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis. Não há, em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, instrumentos financeiros derivativos.

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2014 e 31 de dezembro 2013 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis -- continuação

2.2 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente -- continuação

(i) Ativos Financeiros -- continuação

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2014 e 31 de dezembro 2013 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis -- continuação

2.2 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente -- continuação

(i) Ativos Financeiros -- continuação

Redução do valor recuperável de ativos financeiros -- continuação

Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

(ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (Baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2014 e 31 de dezembro 2013 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis -- continuação

2.3 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.4 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há, nas datas do balanço, ativos intangíveis gerados internamente ou adquirido em uma combinação de negócios.

Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento.

A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

As construções efetuadas durante a concessão são entregues (vendidas) ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários.

O ativo intangível reconhecido na data de transição de 1º de janeiro de 2009 que teve como origem o saldo do ativo imobilizado registrado desde o início da concessão, que estava demonstrado ao custo de aquisição, construção, reavaliação espontânea realizada para a data-base de 31 de dezembro de 2003 e de 31 de outubro de 2007.

O critério definido para amortização é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, entende-se que a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2014 e 31 de dezembro 2013 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis -- continuação

2.4 Intangível -- continuação

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.5 Tributação

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2014 e 31 de dezembro 2013 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis -- continuação

2.5 Tributação -- continuação

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. A administração da companhia entende que tais condições não existem em seu caso, de forma que tais impostos são demonstrados separadamente no balanço patrimonial.

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a Companhia exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. A Companhia analisou os potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e trimestre findo em 31 de março de 2014. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração nessa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada em 2014.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de arrecadação estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2014 e 31 de dezembro 2013 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis -- continuação

2.5 Tributação -- continuação

	<u>Alíquotas</u>
COFINS – Contribuição para Seguridade Social – Cumulativa	3,00%
COFINS – Contribuição para Seguridade Social – Não Cumulativa	7,60%
PIS – Programa de Integração Social - Cumulativa	0,65%
PIS – Programa de Integração Social - Não Cumulativa	1,65%
ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	5,00%

Esses encargos são apresentados como deduções da receita bruta.

2.6 Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo o pronunciamento contábil CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações do valor adicionado, apresentadas como informação suplementar, foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.

2.7 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa trimestralmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2014 e 31 de dezembro 2013 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis -- continuação

2.8 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisão para manutenção dos ativos de concessão

Pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, é registrada provisão, com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção e recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade prevista no contrato de concessão. O passivo é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras de recomposição da infraestrutura em data futura, observados os dispositivos do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2014 e 31 de dezembro 2013 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis -- continuação

2.9 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita.

2.10 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. A Companhia capitaliza custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis.

2.11 Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2014.

A Administração da Companhia avaliou estes novos normativos e em seu entendimento e avaliação a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações não têm impacto material nas informações trimestrais da Companhia no período de aplicação inicial.

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e ainda não haviam entrado em vigor na data de emissão das informações trimestrais da Companhia. A Companhia pretende adotar tais normas quando entrarem em vigor:

- **IAS 32 Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros – Revisões da IAS 32** - Estas revisões explicam o significado de “atualmente tem o direito legal de compensação”. As revisões também esclarecem a adoção dos critérios de compensação da IAS 32 para os sistemas de liquidação (como os sistemas de câmaras de liquidação) que aplicam mecanismos brutos de liquidação que não são simultâneos. Estas revisões não deverão ter um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações da Companhia, com vigência para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2014 e 31 de dezembro 2013 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis -- continuação

2.11 Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas --- continuação

- **IAS 39 Renovação de Derivativos e Continuação da Contabilidade de Hedge – Revisão do IAS 39** - Estas revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de hedge quando a renovação de um derivativo designado como hedge atinge certos critérios. Essas revisões passam a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A companhia não renovou seus derivativos durante o exercício corrente. Contudo essa revisão será aplicada nas futuras renovações de derivativos.
- **IFRIC 21 Tributos** – O IFRIC 21 clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O IFRIC 21 passa a vigorar para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que o IFRIC 21 tenha impactos materiais em suas informações trimestrais.
- **IFRS 9 Instrumentos Financeiros** - A IFRS 9, conforme emitida, reflete a primeira fase dos trabalhos do IASB referentes à substituição da norma IAS 39 e aplica-se à classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros, tal como definido na IAS 39. A norma inicialmente vigorou para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, contudo, a norma Alterações à IFRS9 - Data Efetiva da IFRS 9 e Divulgações para Transição, emitida em dezembro de 2011, alterou a data efetiva obrigatória para 1º de janeiro de 2015. Em fases posteriores, o IASB abordará a contabilidade de instrumentos de hedge e a redução ao valor recuperável de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração de ativos financeiros da Companhia, mas não causará impacto na classificação e mensuração de passivos financeiros. A Companhia quantificará o efeito em conjunto com as outras fases, quando for emitida a norma final, compreendendo todas as fases.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2014 e 31 de dezembro 2013 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das informações trimestrais da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das informações trimestrais. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Estimativas e premissas -- continuação

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2014 e 31 de dezembro 2013 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas -- continuação

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, não identificou nenhum assunto que requeira a constituição de provisões para temas tributários e não há atualmente auditorias por parte das autoridades fiscais em andamento.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Estimativas e premissas -- continuação

Provisões para Riscos Cíveis e Trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2014 e 31 de dezembro 2013 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Aplicações financeiras

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Aplicações financeiras vinculadas		
Títulos de Capitalização Ouro Cap. BB	74	74
	<u>74</u>	<u>74</u>
Ativo circulante	-	-
Ativo não circulante	<u>74</u>	<u>74</u>

5. Contas a receber de clientes

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 os valores a receber de administradoras de cartões pós e pré-pagos são assim representados:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Visanet	1.179	1.113
Dbtrans	235	246
Via Fácil	7.851	9.134
Outras contas a receber	12	12
	<u>9.277</u>	<u>10.505</u>

6. Despesas antecipadas

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Despesas com seguros a apropriar	1.201	691
Outras despesas a apropriar	93	38
	<u>1.294</u>	<u>729</u>

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2014 e 31 de dezembro 2013 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Intangível

Custo	Pavimentos	Ampliação capacidade	Computadores e softwares	Intangível em andamento	Outros intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2012	237.245	188.231	1.804	9.598	7.007	443.885
Aquisições	39.474	169	146	27.151	442	67.382
Baixas	-	(134)	(40)	-	(466)	(640)
Transferências	8.725	581	-	(9.306)	-	-
Saldo em 31/12/2013	285.444	188.847	1.910	27.443	6.983	510.627
Aquisições	10.510	509	74	15.443	281	26.817
Baixas	-	-	-	-	(91)	(91)
Transferências	2.243	14	-	(2.257)	-	-
Saldo em 31/03/2014	298.197	189.370	1.984	40.629	7.173	537.353
Amortização						
Saldo em 31/12/2012	(86.906)	(95.909)	(970)	-	(2.981)	(186.766)
Amortização	(16.063)	(8.196)	(81)	-	(379)	(24.719)
Baixas	-	135	40	-	442	617
Saldo em 31/12/2013	(102.969)	(103.970)	(1.011)	-	(2.918)	(210.868)
Amortização	(5.373)	(2.349)	(27)	-	(119)	(7.868)
Baixas	-	-	-	-	83	83
Saldo em 31/03/2014	(108.342)	(106.319)	(1.038)	-	(2.954)	(218.653)
Valor residual líquido						
Saldo em 31/12/2013	182.475	84.877	899	27.443	4.065	299.759
Saldo em 31/03/2014	189.855	83.051	946	40.629	4.219	318.700

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2014 e 31 de dezembro 2013 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Fornecedores

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Departamento de Estradas e Rodagens (D.E.R./PR)	248	248
Polícia Rodoviária Estadual (repasses contratuais)	335	281
Polícia Rodoviária Federal (repasses contratuais)	423	596
Compasa do Brasil Asfaltos e Fretes	303	1.016
Ipiranga Asfaltos	287	203
Pedreira ICA	28	144
SHV Gás	52	32
Elec Ind e Com de Equi. Medição	-	105
Bradesco Saúde	76	67
Pedreira Expressa	89	-
Belgo Arames	77	24
Editora Gráfica Paraná	68	-
Engesing Ind e Com	-	20
Armco Metalúrgica	-	29
Incotep Ind e Com Tubos	48	119
DLL Transportes	40	33
Hay do Brasil Consultores	39	-
Dipretec Geossintéticos	-	22
Ação Informática Com	58	-
Telaferro Ind e Com	38	4
Emp. Bras. de Tec Adm Convênios	41	37
Rodloff Sistemas de Proteção	28	27
Metso Brasil	23	26
Petrobras	219	81
Gerdau Aços	120	401
Votorantin Cimentos	264	106
Outros fornecedores	301	348
	<u>3.205</u>	<u>3.969</u>

9. Empréstimos

	Encargos	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Santander – conta garantida	2% a.a. + CDI	70.000	58.300
Banco do Brasil – conta garantia	0,29% a.a. + CDI	4.750	-
		<u>74.750</u>	<u>58.300</u>
Encargos sobre empréstimos		-	-
Saldo líquido		<u>74.750</u>	<u>58.300</u>
Passivo circulante		<u>74.750</u>	<u>58.300</u>
Passivo não circulante		-	-

Os empréstimos de contas garantias contraídos possuem como garantia o aval da controladora TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2014 e 31 de dezembro 2013 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Debêntures

Em 10 de maio de 2011, foi aprovada pela CVM a 2º segunda emissão de registro de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussória, em série única, para distribuição pública de 120 (cento e vinte) debêntures no valor de R\$ 1.000.000 (um milhão de reais) cada. As debêntures terão um prazo de vigência de 72 (setenta e dois) meses, vencendo em 10 de maio de 2017.

Os recursos recebidos das debêntures foram utilizados para alongamento do perfil da dívida, recomposição do caixa para uso geral, inclusive a distribuição de dividendos relativos a lucros acumulados em exercícios anteriores, e antecipação de honorários por serviços a serem prestados pela Rio Tibagi.

As debêntures serão pagas em 12 (doze) parcelas semestrais consecutivas. As mesmas farão jus à remuneração equivalente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, (“Taxa DI”), capitalizada exponencialmente de uma sobretaxa (spread) de 2,90% a.a. (dois inteiros e noventa centésimos por cento ao ano) (“Remuneração”), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do valor nominal unitário de cada debêntures desde a data de emissão ou a data de vencimento do período de capitalização imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.

A Companhia cumpriu com todos os indicadores (covenants) relacionados com os contratos de debêntures em 31 de março de 2014.

As debêntures têm a seguinte composição e cronograma de vencimento:

Data	% de resgate	Quantidade	31/03/2014
10/05/2014	5,0%	6.000	6.000
10/11/2014	7,0%	8.400	8.400
10/05/2015	7,0%	8.400	8.400
10/11/2015	16,0%	19.200	19.200
10/05/2016	16,0%	19.200	19.200
10/11/2016	13,0%	15.600	15.600
10/05/2017	12,0%	14.400	14.400
	76,0%	91.200	91.200
Despesas Antecipadas			(1.007)
Provisão de Juros Mensais			4.374
			94.567
Passivo Circulante			18.447
Passivo Não Circulante			76.119
			94.567

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2014 e 31 de dezembro 2013 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Obrigações tributárias

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Imposto de renda	485	496
Contribuição social	172	256
PIS	96	109
COFINS	442	504
ISS	1.044	1.132
Outros tributos	109	151
Total das obrigações tributárias	<u>2.348</u>	<u>2.648</u>

12. Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

A Econorte está envolvida em determinadas questões trabalhistas e cíveis, tanto na esfera administrativa como na esfera judicial. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, considera que as provisões para riscos são suficientes para cobrir perdas prováveis. Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 a Econorte identificou processos que requerem registro de provisão. Para determinados casos com risco de perdas possíveis foi requerido depósito judicial conforme movimentação abaixo:

	<u>31/12/2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/03/2014</u>
Provisão para contingências trabalhistas	644	-	-	644
Provisões para honorários advocatícios	1.179	-	-	1.179
Saldo total de provisão para contingências	1.823	-	-	1.823
Depósitos judiciais	906	24	-	930
	917	(24)	-	893

A Econorte não constituiu provisões contábeis para os riscos avaliados por seus assessores jurídicos como perdas possíveis. Estes riscos envolvem, substancialmente, questões trabalhistas, cujo montante, em 31 de março de 2014, era de R\$ 1.253 (R\$ 1.253 em 31 de dezembro de 2013).

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 39.600 em 31 de março de 2014, (31 de dezembro de 2013), e está representado por um total de 13.600.000 ações ordinárias sem valor nominal (mesma quantidade em 31 de dezembro de 2013), assim distribuídas entre os acionistas:

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2014 e 31 de dezembro 2013 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Patrimônio líquido --- continuação

	<u>Número de ações</u>	<u>% de participação</u>
Triunfo Participações e Investimentos S.A.	13.599.996	99,99
Outros	4	0,01
Total	<u>13.600.000</u>	<u>100,00</u>

b) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do Artigo 202. da Lei das Sociedades por Ações. No mesmo estatuto, está previsto que da base de cálculo dos dividendos não são deduzidos os valores de constituição da reserva legal e da reserva estatutária e serão calculados dividendos correspondentes a 25% do saldo líquido da reserva de reavaliação realizada durante o exercício.

Foi aprovada pela administração a distribuição de dividendos intercalares, com base no balancete apurado no quarto trimestre de 2013, aprovado em Ata de Reunião de Administração (ARCA), em janeiro de 2014, no valor de R\$ 8.673, os quais foram pagos integralmente.

A Companhia também reconheceu R\$ 660 a título de juros sobre capital próprio (JCSP) durante o primeiro trimestre de 2014, referente ao exercício de 2013. Os JCSP foram registrados como despesas financeiras nos livros contábeis da Companhia e revertidos para o patrimônio líquido para fins de apresentação das informações trimestrais.

c) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Em 2003 a Companhia procedeu a reavaliação dos bens de seu ativo imobilizado, tendo registrado reavaliação no valor de R\$ 53.537. Em 31 de outubro de 2007 a Companhia reavaliou novamente seus ativos, adicionando o montante de R\$ 152.666 (R\$ 100.760, líquido dos efeitos tributários), com base em laudo técnico emitido por empresa especializada. Os tributos incidentes foram reconhecidos a débito da conta de reserva de reavaliação e a crédito na conta de tributos sobre reserva de reavaliação no passivo circulante e não circulante, conforme a expectativa de realização. A realização da referida reserva e dos tributos incidentes ocorrerão na proporção das baixas por depreciação e/ou alienação dos bens que a geraram.

Com a aplicação do ICPC01 o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foi considerado como o valor justo do ativo intangível relacionados à concessão.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2014 e 31 de dezembro 2013 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Patrimônio líquido --- continuação

d) Reserva legal

Constituída na proporção de 5% do lucro do período, limitada a 20% do capital social ou, quando acrescida da reserva de capital, limitada a 30% do capital social. Em 31 de março de 2014, o saldo da reserva legal monta R\$ 5.461.

e) Reserva estatutária

É estabelecida pelo estatuto social da Companhia para garantir a restituição do capital aos acionistas nos casos de extinção da concessão. Constitui-se na proporção de 0,5% do lucro do exercício e limita-se a 10% do capital social. Em 31 de março de 2014, o saldo da reserva estatutária monta R\$ 712.

f) Retenção de lucros

É efetuado de acordo com o previsto no Artigo 196. da Lei nº 6.404/76. Os órgãos da administração propõem a retenção de parte dos lucros acumulados, em cumprimento às deliberações de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de maio de 2013. A assembleia deliberará sobre o montante que ultrapassar o saldo do capital social, em cumprimento com o previsto no Artigo 199. da Lei nº 6.404/76.

14. Instrumentos financeiros

A Companhia não tem contratado instrumentos financeiros derivativos.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalente a caixa, aplicações financeiras, fornecedores e empréstimos.

Sendo que os valores registrados se equivalem aos valores de mercado. Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

- i. Aplicações financeiras – são classificadas como investimentos mantidos até o vencimento.
- ii. Empréstimos – são classificados como passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2014 e 31 de dezembro 2013 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Instrumentos financeiros -- continuação

Os principais fatores de risco de mercado e as suas influências sobre o negócio da Companhia são os seguintes:

a) Risco de taxa de câmbio

A Companhia não possui riscos cambiais.

b) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo Poder Concedente que autoriza o aumento dos preços das tarifas mediante a aplicação de uma cesta de índices (taxa paramétrica). As tarifas são reajustadas anualmente.

c) Risco regulatório

Como consequência de dispositivos contratuais, a Companhia assume como riscos empresariais o volume de tráfego a ser pedagiado, os montantes despendidos como custos operacionais e a responsabilidade pela obtenção de financiamentos. Também conforme cláusulas de contrato, os reajustes tarifários, quando concedidos parcialmente ou com atrasos, bem como eventuais alterações na legislação tributária, deverão ser objeto de reconhecimento pelo Poder Concedente e obrigatoriamente levado a cálculo de reequilíbrio econômico e financeiro contratual, modificando o valor das tarifas de pedágio ou o cronograma de investimentos.

d) Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores dos empréstimos que a Companhia possuía em exposição na data-base de 31 de março de 2014, foram definidos 05 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base no relatório FOCUS de 28 de março de 2014 foi extraída a projeção do indexador CDI para os próximos 12 meses e este definido como o cenário provável, sendo que a partir deste foram calculadas variações decrescentes e crescentes de 25% e 50%, respectivamente.

Despesas financeiras

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração o fluxo de vencimentos de cada contrato.

A data-base utilizada da carteira foi 31 de março de 2014 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2014 e 31 de dezembro 2013 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Instrumentos financeiros -- continuação

Indexadores dos empréstimos:

<u>Indexador</u>	Queda de 25%	Queda de 50%	Base Case	Aumento de 25%	Aumento de 50%
- <u>Cenário II</u>	<u>Cenário I</u>	- <u>Cenário Provável</u>	<u>Cenário III</u>	<u>Cenário IV</u>	
CDI - %	8,21%	5,47%	10,94%	13,68%	16,41%

Projeção das Despesas Financeiras – 2014

	<u>Taxa</u>	<u>Saldo Principal</u>	<u>Queda de</u>	<u>Queda de</u>	<u>Base Case</u>	<u>Aumento de</u>	<u>Aumento de</u>
	<u>de juros</u>	<u>em 31/03/14</u>	<u>25%</u>	<u>50%</u>		<u>25%</u>	<u>50%</u>
CAPITAL DE GIRO							
Debêntures	2,9% a.a + CDI	94.567	10.502	7.915	13.088	15.674	18.261
CONTA GARANTIDA							
Santander	2,00% a. a. + CDI	70.000	7.144	5.229	9.058	10.973	12.887
Banco do Brasil	0,29% a. a. + CDI	4.750	404	274	533	663	793
TOTAL EMPRÉSTIMOS		169.317	18.050	13.418	22.679	27.310	31.941

15. Imposto de renda e contribuição social (IR e CS)

a) Imposto de renda e contribuição social diferido

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Ativo		
Sobre diferenças temporárias		
Provisão para manutenção		
Imposto de renda diferido	8.362	8.514
Contribuição social diferida	3.010	3.065
Outras provisões temporárias		
Imposto de renda diferido	295	295
Contribuição social diferida	106	106
	11.773	11.980
Passivo		
Sobre diferenças temporárias e reserva de reavaliação		
Imposto de renda diferido	(14.585)	(15.434)
Contribuição social diferida	(5.330)	(5.636)
Sobre diferença de depreciação ¹		
Imposto de renda diferido	(23.247)	(22.190)
Contribuição social diferida	(8.369)	(7.989)
	(51.531)	(51.249)
	(39.758)	(39.269)

¹ Refere-se a diferença de amortização gerada pela aplicação do ICPC01 e o registrado para fins fiscais.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2014 e 31 de dezembro 2013 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Imposto de renda e contribuição social (IR e CS) -- continuação

b) Conciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o resultado

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Lucro antes dos impostos e contribuições	9.098	12.967
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL	(3.093)	(4.409)
Efeito tributário sobre as principais adições (exclusões):		
Juros sobre capital próprio	225	224
Adições permanentes, líquidas	(89)	221
Incentivos fiscais: PAT e patrocínio 8.313/91	(6)	(349)
Imposto de renda e contribuição social	(2.963)	(4.313)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(2.474)	(4.157)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(489)	(156)

16. Transações com partes relacionadas

As transações de contratação de serviços são efetuadas em condições e prazos semelhantes às transações com terceiros não relacionados.

16.1 Dívidas com pessoas ligadas

	<u>Dividendos / JCP</u>	
	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Triunfo Participações e Investimento S.A.	561	-

16.2 Transações comerciais

As transações com partes relacionadas estão resumidas no quadro abaixo e se referem a transações de compra de serviços de manutenção e conservação das rodovias, bem como obras previstas no cronograma de investimentos, sendo que os valores contratados estão vinculados ao contrato original de concessão, acrescido dos reajustes previstos, como segue:

	Passivo Curto Prazo Longo Prazo	Contas a pagar a partes relacionadas		Ativo Curto Prazo Longo Prazo	Adiantamentos a fornecedores ¹		Valores acumulados nos períodos encerrados em 2014 e 2013							
							Imobilizado		Conservação		Operação		Despesas com aluguel	
							C P/ L P	31/03/2014	31/12/2013	C P/ L P	31/03/2014	31/12/2013	mar/14	mar/13
Rio Tibagi		-	-	C P	12.360	11.909	2.186	408	8.950	7.401	3.756	3.440	36	36
Triunfo	C P	5.486	6.262	L P	3.136	6.525	-	-	22.495	7.371	591	348	-	-
Total		5.486	6.262		15.496	18.434	24.681	7.779	9.541	7.749	3.756	3.440	36	36

1) Adiantamento para fornecimento de serviços e obras futuras.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2014 e 31 de dezembro 2013 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Transações com partes relacionadas -- continuação

16.2 Transações comerciais -- continuação

Contrato com a Rio Tibagi

Em julho de 2001 a Companhia contratou a empresa OSR - Operações e Serviços Rodoviários Ltda., também constituída majoritariamente pelos seus acionistas controladores, que passou, a prestar serviços de conservação de rotina, e atendimento médico e mecânico nas rodovias. Em fevereiro de 2010, passou a se chamar RIO TIBAGI Serviços de Operações e Apoio Rodoviário Ltda.

Em outubro de 2004, um novo contrato foi firmado, passando a OSR a prestar também serviços de operação de balanças de pesagem. Com o encerramento deste, em julho de 2005 novos contratos foram firmados com a OSR, que além dos serviços já contratados, passou também a prestar serviços de captura de animais, manutenção da faixa de domínio, inspeção de tráfego, contagem de trânsito, gerenciamento da casa do motorista, arrecadação e manutenção dos sistemas de arrecadação.

Em 2014, os contratos de serviços foram renovados. Sobre os saldos vencidos, incidem juros de mora equivalentes à Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. Seguem os valores contratuais variáveis (em R\$) – conforme contrato:

Valores contratuais variáveis (em R\$) – conforme contrato:

- a) Apoio ao controle de tráfego - Unidade Veicular: R\$ 27.983,00 por unidade/mês.
- b) Operação do sistema de pesagem em balança fixa/móvel - BR 153 – km 5: R\$ 63.169,00 p/mês e BR 369 – km 10: R\$ 63.169,00 p/mês.
- c) Inspeção de tráfego

Veículo cabine dupla, equipado com asa delta: R\$ 41.376,00 por unidade/mês; Veículo cabine dupla convencional: R\$ 34.925,00 por unidade/mês; Quilometragem acima de 25.000 km/mês para inspeção de tráfego com asa delta: R\$ 1,27/km; Quilometragem acima de 25.000 km/mês para inspeção de tráfego convencional: R\$ 0,93/km. Veículo adicional de inspeção de tráfego: R\$ 908,00 por unidade, pela operação de 1 turno de 8 horas.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2014 e 31 de dezembro 2013 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Transações com partes relacionadas -- continuação

16.2 Transações comerciais -- continuação

d) Atendimento mecânico

Guincho reboque para veículos leves: R\$ 33.667,00 por unidade; Guincho reboque para veículos pesados: R\$ 50.656,00 por unidade; Unidade adicional de Guincho mecânico pesado: R\$ 16.831,00 por unidade; Quilometragem acima de 1.900 km/mês: R\$ 1,11/km; Quilometragem acima de 1.992 km/mês de veículos pesados: R\$ 1,56/km; Serviços adicionais: R\$ 56,10 por unidade; Unidade adicional de guincho mecânico: R\$ 908,00 por unidade, pela operação de 1 turno de 8 horas.

e) Atendimento médico pré-hospitalar

Ambulância tipo baú: R\$ 83.806,00 por unidade; Ambulância tipo furgão: R\$ 78.408,00 por unidade; Unidade mista resgate /amb.: R\$ 24.977,00 por unidade; Viatura de intervenção rápida: R\$ 69.406,00 por unidade; km acima de 1.500 km/mês: R\$ 2,16 para unidades mistas e R\$ 2,69 para viatura de intervenção rápida; Prestação de serviços e operação adicional: R\$ 1.440,00 /unidade/turno

Os serviços contratados/orçados para 2014 e os respectivos valores executados até 31 de março de 2014 estão demonstrados, como segue:

	Prazo	Valor orçado	Valor executado
Apoio ao tráfego	2014	336	84
Operação do sistema de pesagem em balança	2014	1.516	379
Serviços de inspeção de tráfego	2014	1.944	484
Atendimento mecânico, resgate e reboque	2014	3.540	883
Atendimento médico pré-hospitalar	2014	6.081	1.524
Total		<u>13.417</u>	<u>3.354</u>

	Prazo	Valor contratado	Valor executado
Administração S.A.U.	2014	425	106
Manutenção de viveiro	2014	139	35
Limpeza e conservação	2014	185	46
Recolhimento de animais, caminhão pipa	2014	860	215
Serviços emergenciais restauração de ponte	2014	4.209	1.980
Conservação e manutenção das rodovias	2014	32.615	8.455
Total		<u>38.433</u>	<u>10.837</u>

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2014 e 31 de dezembro 2013 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Transações com partes relacionadas -- continuação

16.2 Transações comerciais -- continuação

Contrato com à Construtora Triunfo S.A.

Em 31 de julho de 2007 a Companhia contratou a Construtora Triunfo S.A. para prestar serviços de manutenção e conservação das rodovias, bem como para realizar obras previstas no cronograma de investimentos. Em 2013, os contratos foram renovados.

Os serviços contratados/orçados para 2013/2017 e os respectivos valores executados até 31 de março de 2014 estão demonstrados, como segue:

Serviços contratados	Prazo	Valor contratado	Valor executado
Prestação de serviços (i) obras de restauração, sistema de drenagem, obras de artes correntes, obras complementares e sinalização; (ii) manutenção de rodovias de acordo com as determinações firmadas pelo poder concedente das rodovias BR 369, BR 153 PR 323, PR 445, e (iii) monitoramento dos pavimentos que compõe o Lote nº 01 do Anel de Integração do Estado do Paraná.	2017	123.609	41.710
Serviços contratados	Prazo	Valor contratado	Valor executado
(i) Obras de Duplicação da rodovia PR 445 entre o KM 81,3 ao KM 86,785, com extensão de 5,49 KM e execução de pista de rolamento nas marginais a 2,15 KM lado direito e 1,33 KM lado esquerdo, e implantação de trincheira de acesso ao Jardim Ana Rosa e alargamento do viaduto no entroncamento da PR 445 e BR 369 mais implantação e passarela; (ii) Implantação de terceiras faixas de rolamento na rodovia BR 369 entre os KM 95,8 ao KM 101 com extensão total de 5,20 KM.	2015	52.592	31.032

17. Remuneração dos administradores

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, ambos eleitos para mandatos de 2 (dois) anos, admitida a reeleição. No período de três meses findo em 31 de março de 2014, as despesas com esses administradores, a qual é formada exclusivamente por pró-labore e gratificação, totalizaram R\$ 617 (R\$ 609 no mesmo período de 2013).

A Assembleia Geral Ordinária de 12 de dezembro 2013 aprovou a remuneração dos administradores de até no máximo R\$ 1.422, por exercício. A Companhia não concede nenhum outro benefício a seus administradores, tais como fundos de aposentadoria, remuneração variável ou quaisquer benefícios pós-emprego.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2014 e 31 de dezembro 2013 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Receita operacional líquida

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Receitas de arrecadação	43.709	41.207
Receitas acessórias	415	385
Receita de construção – ativos de concessão	<u>26.817</u>	<u>7.992</u>
Receita bruta de serviços	70.941	49.584
Impostos incidentes sobre serviços	<u>(3.671)</u>	<u>(3.462)</u>
Receita líquida	<u><u>67.270</u></u>	<u><u>46.122</u></u>

19. Resultado financeiro

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Receitas		
Rendimento de aplicação financeira	-	-
Outros rendimentos	<u>577</u>	<u>739</u>
	577	739
Despesas		
Juros sobre empréstimos	(1.727)	-
Variações monetárias debentures	(2.882)	(2.439)
Despesas financeiras - AVP	(789)	-
Outros	<u>(570)</u>	<u>(253)</u>
	<u>(5.968)</u>	<u>(2.692)</u>
Total	<u><u>(5.391)</u></u>	<u><u>(1.953)</u></u>

20. Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Despesas por função		
Custo dos serviços prestados	48.450	27.495
Despesas operacionais	<u>4.331</u>	<u>3.707</u>
	<u><u>52.781</u></u>	<u><u>31.202</u></u>
Despesas por natureza		
Custo de construção	26.817	7.992
Custo de serviços prestados	12.535	12.531
Despesas com pessoal	2.017	2.442
Amortizações	7.868	5.832
Gerais e administrativas	2.314	1.265
Outras operacionais	<u>1.230</u>	<u>1.140</u>
	<u><u>52.781</u></u>	<u><u>31.202</u></u>

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2014 e 31 de dezembro 2013 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Litígio na Concessão

A Econorte é empresa concessionária de rodovias do Lote nº 1 do Anel de Integração do Paraná, vencedora do certame licitatório resultante da concorrência pública internacional, para a outorga de concessão de segmentos rodoviários do Estado do Paraná. A administração anterior do Governo do Estado do Paraná perpetuou diversos atos para buscar a redução, suprimir e/ou extinguir o programa de concessões rodoviárias no Estado, seja por meio de medidas e ações administrativas ou judiciais.

Desde então, o Poder Público Estadual adotou diversas medidas contra as concessões rodoviárias do Estado, sendo que as principais partem para a encampação das concessões, desapropriações das ações de controle, caducidade dos contratos, negativa retórica da aplicação dos reajustes anuais das tarifas de pedágio, tentativa de buscar a nulidade dos aditivos contratuais, descon siderações das disposições contratuais, além de outras medidas levadas a efeito pela administração pública.

A Econorte, individualmente ou em conjunto com outras concessionárias, buscou a tutela jurisdicional para resguardar a manutenção da incolumidade do contrato de concessão de que é titular, que vem sendo mantido por diversas decisões judiciais favoráveis, sejam estas decisões liminares, sentenças ou outros julgamentos proferidos por instâncias superiores.

Adicionalmente, em 2008, a Econorte, em cumprimento das decisões judiciais prolatadas pela Justiça Federal de Jacarezinho (PR), teve suas atividades parcialmente suspensas dentro do âmbito da jurisdição da referida Justiça. Em dezembro do mesmo ano, a Concessionária retomou a integralidade dos serviços concessionados, com base na decisão favorável proferida pelo Supremo Tribunal Federal, no pedido de Suspensão de Liminar nº 274, mantendo incólume a concessão de que é titular.

Em 02 de março de 2011 o Plenário do Supremo Tribunal Federal, em julgamento unânime, confirmou a decisão monocrática proferida no pedido de Suspensão de Liminar nº 274, assegurando a incolumidade do Contrato de Concessão e seus Termos Aditivos.

A Econorte busca, por meio de ações judiciais, o reconhecimento em seu favor de eventos que causaram o desequilíbrio do contrato de concessão, que não foram reconhecidos pela anterior Administração do Estado. Caso julgados procedentes, tais eventos conduzirão ao direito de reequilíbrio econômico-financeira do contrato, seja pelo aumento da tarifa ou pela redução no montante dos investimentos ou ainda pelo aumento no prazo da concessão, podendo ocorrer também a combinação dessas possibilidades.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2014 e 31 de dezembro 2013 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Seguro e garantia

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e cumprir suas responsabilidades contratuais perante o DER/PR, tendo os acionistas como fiadores da operação. A Companhia possui por força contratual, quando aplicável, cobertura de seguros para execução das obras de ampliação, conservação, manutenção e operação da rodovia.

Adicionalmente, mantém coberturas de seguros necessárias e suficientes para garantir uma efetiva e completa cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo "all risks" para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano de todos os bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

Em 31 de março de 2014, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Seguradora	Nº Apólice	Vigência da Apólice	Valor do prêmio	Valor de cobertura
Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A	5.107.750.006.203.000.000	Jan/2014 a dez/2014	391	100.183
ITAU XL Seguros Corporativos S.A.	1-96-4003368-0	Jan/2014 a jan/2015	410	67.142
ITAU XL Seguros Corporativos S.A.	1-51-4009223-0	Jan/2014 a jan/2015	342	10.200
ITAU XL Seguros Corporativos S.A.	1.51-4009114-0	Set/2013 a Jan/2015	99	10.000
ITAU XL Seguros Corporativos S.A.	1-67-4005536-0	Jan/2014 a jan/2015	42	37.296
ITAU XL Seguros Corporativos S.A.	1.67-4005467-0	Set/2013 a Jan/2016	157	61.390
				<u>286.211</u>
Limite máximo de indenização: Seção I-Danos patrimoniais				700
Limite máximo de indenização: Seção II -Engenharia				24.340
Limite máximo de indenização: Seção III-Perdas de receitas				46.508
Limite máximo de indenização: Seção IV-Responsabilidades				7.000

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a adequação pela Administração da Companhia.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 31 de março de 2014 e 31 de dezembro 2013 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Compromissos com a concessão

O prazo de concessão da Econorte será o necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com o Departamento de Estradas e Rodagem (DER/PR), sendo seu término previsto para o ano de 2021.

Em agosto de 2009, houve a deliberação nº 094/2009, do Conselho Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, aprovando os pareceres que instruíram o processo protocolado sob nº 9.895.907-6, que estabeleceu o Plano de Recuperação por Etapa. Em setembro de 2009, a Econorte manifestou a sua concordância ao referido plano de recuperação através do Ofício ECN 117-2009.

Conforme a deliberação, o Programa de Exploração da Rodovia - PER, passou a prever investimentos no montante de R\$ 439.254. O cronograma de investimentos na rodovia prevê desembolsos conforme segue:

Investimentos previstos	2014	2015	2016	2017	2018 a 2021	Total
	34.688	16.662	19.478	31.366	337.060	439.254

Até 31 de março de 2014 os compromissos de investimento estabelecidos no Contrato de Concessão, foram integralmente cumpridos.